

**Para citação:**

**Viriato Soromenho-Marques, “Cidadania e ambiente”, *Educar Hoje. Enciclopédia dos Pais. Viver a Cidadania*, direcção de Roberto Carneiro, Lisboa, Lexicultural 2001, pp. 220-221.**

## CIDADANIA E AMBIENTE

A célebre observação de Winston Churchill, acerca da democracia, segundo a qual esse seria o pior regime político, com a excepção de todos os outros...constitui uma fonte muito útil para a reflexão.

Uma primeira tese a retirar da irónica observação de Churchill consiste, precisamente, na indicação de uma característica geral partilhada por todos os regimes políticos, a saber, a sua natureza artificial, o seu carácter de construções do engenho (e das limitações) humanas.

Muitas vezes esquecemo-nos desse facto fundamental: no processo de formação da humanidade, a política ocupa um lugar histórico relativamente recente. Muito mais recente do que a cultura, por exemplo. As manifestações estéticas e instrumentais da nossa capacidade de produzir uma representação e uma aproximação cultural ao mundo contam muitas dezenas de milhar de anos. As marcas da política, como o são, os grandes sistemas hidráulicos da Mesopotâmia ou do delta do Nilo, assim como a generalização do fenómeno de povoamento urbano (impossível sem uma organização política da sociedade) registam uma antiguidade muito mais modesta: apenas alguns milhares de anos.

**Da política à cidadania.** Um indicador particularmente revelador do aparecimento da política, como recurso da capacidade humana para enfrentar desafios fundamentais à sua sobrevivência (sendo os principais, a escassez de alimentos e as ameaças bélicas), é sem dúvida o aparecimento do quadro institucional do que designamos por Estado: as marcas da soberania de reis e imperadores, os exércitos e as leis, as grandes obras públicas.

A cidadania vai inscrever-se no horizonte de uma política definida pela realidade omnipresente do Estado. Todavia, se é verdade que não pode haver cidadania sem Estado, a inversa não é verdadeira: nem sempre a existência do Estado acarretou a inevitabilidade da cidadania.

Em muitas civilizações, ao longo de milhares de anos, o lugar dos indivíduos no quadro das organizações políticas limitou-se a ser o de meros súbditos e não o de activos cidadãos. Limitavam-se a obedecer a leis e a chefes que não eram por si próprios, respectivamente, nem elaboradas, nem eleitos.

A experiência da cidadania é, desta forma, muito mais recente do que a da política. A sua manifestação histórica foi caracterizada por breves aparecimentos, a que se seguiram longos eclipses. Ficaram na memória dos

povos as recordações da democracia nalgumas cidades-Estado da Grécia Antiga, a importância de leis gerais em Roma, um retomar da noção de cidadania no Renascimento italiano.

**Cidadania e aquisição de competências.** A cidadania em sentido moderno tem pouco mais de dois séculos. Está ligada às heranças das revoluções americana e francesa, no final do século XVIII.

Aprendemos com essas experiências que não há cidadania de forma espontânea. O desempenho da cidadania exige um enorme esforço colectivo e individual. Nascemos seres humanos mas tornamo-nos cidadãos. E para tal é preciso um enorme investimento na educação e na aquisição de competências. Por exemplo, foi a necessidade de educar cidadãos capazes de compreender as leis, de equilibrar direitos e deveres, de pagar impostos, de cumprir um serviço militar, de eleger e ser eleito, de desempenhar funções profissionais numa sociedade cada vez mais complexa do ponto de vista técnico, foi o conjunto de todas essas tarefas, que conduziu na Europa e na América do Norte, ao longo do século XIX, à generalização da alfabetização e da instrução pública.

**Cidadania e crise ambiental.** Multiplicam-se por todo o mundo os sinais claros de que vivemos num período histórico marcado pela emergência dos desafios da crise global e social do ambiente.

Essa crise tem evidenciado os limites tanto das instituições das nossas democracias representativas (onde o poder não é exercido directamente pelos cidadãos, mas sim pelos seus delegados eleitos), como as insuficiências das nossas competências como cidadãos. A ocorrência de catástrofes ecológicas, como o acidente de Chernobyl, revelaram o inquietante crescimento de três sintomas de degradação do sistema representativo:

- a) *Derrapagem da representação*: o afastamento entre aquilo que são as prioridades dos cidadãos eleitores e as agendas dos cidadãos eleitos.
- b) *Inércia da representação*: os representantes manifestam uma extrema resistência em traduzir politicamente a gravidade das questões ambientais.
- c) *Impotência da representação*: como muitas das questões ambientais têm uma natureza internacional ou, até, global, o exercício da cidadania no quadro estrito de fronteiras nacionais revela-se incapaz de encontrar soluções adequadas á escala dos problemas.

**Novos valores para uma nova cidadania.** A crise ambiental não transporta consigo a morte, mas sim a necessidade de reforma da democracia representativa. Esta tem de se abrir a formas mais ágeis e efectivas de exercício da cidadania. A combinação entre exercício indirecto e exercício directo do poder pelos cidadãos é perfeitamente viável e coerente, já que muitas questões ambientais (redução e tratamento de resíduos, ordenamento do território, uso eficiente de recursos, etc.) exigem modalidades de decisão

política, definidas num quadro de activa participação dos cidadãos na vida das comunidades locais.

Mesmo sem disso nos apercebermos, novas competências estão a emergir, as quais estão associadas à procura de novos valores, que constituem rupturas com hábitos e consensos anteriores:

- a) *Uma atitude crítica perante o progresso histórico.* A cidadania contemporânea já não concebe a marcha histórica como uma progressão linear do pior para o melhor. Infelizmente, as oscilações e as regressões são possibilidades bem reais.
- b) *Uma postura exigente perante a técnica e a ciência.* Há uma geração atrás, as promessas da tecnociência eram recebidas com um optimismo cego. Os cidadãos, hoje, compreendem que o poder da ciência, usado sem prudência, pode ser uma ameaça para a diversidade biológica, e um crime contra as gerações futuras. A ciência deve procurar prevenir os riscos da técnica, como ocorre, por exemplo, nos processos de avaliação de impacte ambiental
- c) *Percepção dos limites do Estado.* Os cidadãos tomam cada vez mais consciência de que as instituições e as políticas públicas dos Estados têm limites estruturais, devendo a cidadania complementar a sua intervenção no reforço das capacidades de intervenção da sociedade civil, possibilitando processos de decisão mais rápidos e participados, agilizando a legalidade democrática.
- d) *Recusa das utopias irresponsáveis.* O século XX colocou o mundo a ferro e fogo, devido ao choque de utopias -- do comunismo ao consumismo -- que se transformaram em pesadelos. Os cidadãos compreendem hoje que a grande tarefa da política não é a de procurar um ideológico *fim da história*, mas o de assegurar a sua continuidade indefinida, em condições de dignidade para os vindouros.

Em síntese, a crise ambiental, coloca a cidadania perante o repto de conferir à política mais eficácia, o que é inseparável tanto da aquisição de novas competências como do primado da cooperação face à lógica do conflito.

Viriato Soromenho-Marques